

# Um comentário final

Fernando J. Cardim de Carvalho

Os artigos publicados neste número da *Econômica*, provocados pelo meu texto, são todos de grande interesse e, tenho certeza, dão contribuição relevante ao tema. Não creio que me caiba replicar às observações feitas, já que concordo com a afirmação do professor Hollanda, feita no início de seu artigo, a respeito da dificuldade de exame de reflexões pessoais sobre problemas de política econômica. Em ciências sociais, inclusive a economia, preferências, inclinações e mesmo preconceitos de cada um colorem inevitavelmente as estruturas de pensamento e os argumentos utilizados. Muito mais claramente, estes mesmos elementos influenciam debates sobre política econômica, já que esta não se esgota na discussão da eficiência de meios, ao contrário do que às vezes imagina-se em certos círculos, mas também no exame de fins, de acordo com uma escala de valores que transcende a argumentação “técnica”. Assim, a polêmica me parece bem-vinda, e espero que também o seja aos editores da revista e aos seus leitores.

Eu gostaria apenas de fazer duas observações, que talvez contribuam para esclarecer o espírito do meu próprio trabalho. A primeira diz respeito aos detalhamentos e atualizações que alguns dos textos sugerem com respeito às escolas de pensamento que identifiquei no artigo. Este tenta sugerir que pontos de fundamentação estão envolvidos no confronto entre os chamados keynesianos e monetaristas e, dentre esses últimos, os monetaristas de primeira geração e os de segunda. Naturalmente, é válida a opinião oposta, apesar de não ser a minha, de que essas correntes são mais próximas do que eu sugiro. Pode-se alegar que a importância das distinções é subjetiva, contra o que eu também nada tenho a dizer. Já a importância do detalhamento/atualização dos argumentos de escolas cuja inadequação parece-me estar definida pela própria definição das suas hipóteses fundamentais, não tem interesse maior, do meu ponto de vista, para este debate. Assim, por exemplo, não é meu intuito discutir como novos clássicos desdobraram suas hipóteses iniciais em modelos mais avançados, já que, de um ponto de partida inadequado, só podemos nos mover em direção errada. Naturalmente, a atribuição de um prêmio

Nobel não confirma a qualidade de um trabalho, nem mesmo nas chamadas ciências “duras”. No caso da economia, a própria existência do prêmio (dado, lembremo-nos, pelo Banco Central da Suécia, de forma paralela ao processo de premiação nas outras categorias, e com a oposição pública de membros da própria Fundação Nobel) é discutível.

A segunda observação que gostaria de explicitar, em face da importância do tema hoje em dia no Brasil, diz respeito ao regime de metas inflacionárias adotado no país. Como observado no meu texto, o modelo utilizado pelo Banco Central para embasar suas decisões inclui uma curva de Phillips, mas apenas como um meio de previsão da inflação futura. Meu argumento destaca a ausência de preocupação com o nível de produto e emprego como parte das *metas* a serem perseguidas pela autoridade monetária. O próprio presidente do Banco Central do Brasil tem afirmado repetidas vezes que a obrigação do Banco Central é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda e que nisto se esgota sua contribuição à estabilidade macroeconômica do país. É na desconsideração da responsabilidade da autoridade monetária para com o produto e emprego agregados – que reflete a visão ortodoxa de que a moeda é neutra – que eu centro (como outros) a minha crítica. O que eu defendo é o reconhecimento de que a política de juros tem efeitos sobre o produto, o emprego (e, nas condições correntes de abertura da conta de capitais à qual também tenho insistentemente me oposto) e a definição de metas com importância igual à da meta inflacionária. Não estou, obviamente, ignorando o velho princípio de Tinbergen de que o número de objetivos não deve ser maior que o número de instrumentos. Estou lembrando, contudo, que política monetária é um elemento da política macroeconômica e é assim que ela deveria ser decidida, em coordenação com a política fiscal, de rendas, cambial etc. Isto implicaria, naturalmente, em recusar outro cavalo de batalha ortodoxa, a independência do Banco Central. Este, como a defesa dos controles de capitais, mencionada acima, é outro de meus temas mais antigos que não caberia tratar, no entanto, nos limites do artigo em discussão.

Críticos keynesianos norte-americanos da política monetária do Federal Reserve apontam o que vêem como reduzida sensibilidade da autoridade monetária americana com o desemprego como um problema. Na visão de keynesianos locais, mesmo essa reduzida sensibilidade já seria uma benção.